



**SATURAÇÃO DA AGENDA ESCOLAR: DENSIDADE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRESSÃO INSTITUCIONAL EM UM SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DO NORDESTE BRASILEIRO**

**SCHOOL AGENDA SATURATION: EDUCATIONAL POLICY DENSITY AND INSTITUTIONAL PRESSURE IN A NORTHEASTERN BRAZILIAN MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM**

**SATURACIÓN DE LA AGENDA ESCOLAR: DENSIDAD DE POLÍTICAS EDUCATIVAS Y PRESIÓN INSTITUCIONAL EN UN SISTEMA MUNICIPAL DE ENSEÑANZA DEL NORDESTE BRASILEÑO**

Ronnielle Cabral Rolim<sup>1</sup>

e757988

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.7988>

PUBLICADO: 05/2026

**RESUMO**

Objetivo: analisar a densidade de políticas educacionais incidentes sobre a rede pública municipal de Caucaia-CE em 2026, investigando em que medida a sobreposição temporal de programas, projetos, olimpíadas e avaliações externas produz saturação institucional nas escolas. Método: pesquisa documental e descritiva de abordagem mista, com levantamento de 43 iniciativas educacionais junto à Secretaria Municipal de Educação e construção do Índice de Densidade de Políticas Educacionais (IDPE), instrumento exploratório de mensuração da pressão operacional sobre o calendário escolar. Não foram identificados, na literatura nacional consultada, instrumentos equivalentes que mensurem de forma sistemática a densidade temporal de políticas educacionais no calendário escolar, o que reforça o caráter inovador e exploratório da proposta. Resultados: das 43 iniciativas mapeadas, 41 apresentaram incidência operacional direta no calendário letivo. Os picos de densidade se concentram em maio e novembro (IDPE = 29,5), outubro (IDPE = 27,0), março e junho (IDPE = 26,0) e abril (IDPE = 23,5), com IDPE médio de 23,4 nos meses letivos efetivos. Conclusões: a ausência de mecanismos de coordenação entre as iniciativas tende a comprometer o planejamento pedagógico, intensifica o trabalho docente e fragmenta as ações educativas. O fenômeno é particularmente grave para estudantes em situação de vulnerabilidade e com necessidades educacionais especiais, cujo atendimento demanda tempo institucional e planejamento pedagógico individualizado que a saturação da agenda tende a comprimir.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saturação da agenda escolar. Densidade de políticas educacionais. Gestão escolar. Avaliações externas. IDPE.

**ABSTRACT**

*Objective: To analyze the density of educational policies affecting the municipal public school system of Caucaia-CE in 2026, investigating the extent to which the temporal overlap of programs, projects, olympiads, and external assessments produces institutional saturation in schools.*

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela Absolute Christian University (ACU), Estados Unidos (2023). Especialista em EaD e Novas Tecnologias pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) e em Educação Ambiental pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP) e em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor de Ciências da Natureza na EEIEF Flávio Portela Marcílio e Formador de Ciências da Natureza e Técnico Municipal na Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (SME). Caucaia, Ceará, Brasil.



*Method: This study adopted a documentary and descriptive research design with a mixed-methods approach, based on the mapping of 43 educational initiatives developed by the Municipal Department of Education and the construction of the Educational Policy Density Index (EPDI), an exploratory instrument designed to measure operational pressure on the school calendar. No equivalent instruments capable of systematically measuring the temporal density of educational policies within the school calendar were identified in the national literature consulted, reinforcing the innovative and exploratory character of the proposal. Results: Of the 43 mapped initiatives, 41 presented direct operational incidence on the school calendar. Density peaks were concentrated in May and November (EPDI = 29.5), October (EPDI = 27.0), March and June (EPDI = 26.0), and April (EPDI = 23.5), with an average EPDI of 23.4 during effective school months. Conclusions: The absence of coordination mechanisms among the initiatives tends to compromise pedagogical planning, intensify teaching work, and fragment educational actions. The phenomenon is particularly severe for students in situations of vulnerability and those with special educational needs, whose support requires institutional time and individualized pedagogical planning that agenda saturation tends to constrain.*

**KEYWORDS:** School agenda saturation. Educational policy density. School management. External assessments. IDPE.

#### **RESUMEN**

*Objetivo: Analizar la densidad de políticas educativas que inciden sobre la red pública municipal de Caucaia-CE en 2026, investigando en qué medida la superposición temporal de programas, proyectos, olimpiadas y evaluaciones externas produce saturación institucional en las escuelas. Método: La investigación adoptó un enfoque documental y descriptivo, de naturaleza mixta, basado en el levantamiento de 43 iniciativas educativas desarrolladas por la Secretaría Municipal de Educación y en la construcción del Índice de Densidad de Políticas Educativas (IDPE), un instrumento exploratorio destinado a medir la presión operativa sobre el calendario escolar. No se identificaron, en la literatura nacional consultada, instrumentos equivalentes capaces de medir sistemáticamente la densidad temporal de políticas educativas en el calendario escolar, lo que refuerza el carácter innovador y exploratorio de la propuesta. Resultados: De las 43 iniciativas mapeadas, 41 presentaron incidencia operativa directa sobre el calendario escolar. Los picos de densidad se concentraron en mayo y noviembre (IDPE = 29,5), octubre (IDPE = 27,0), marzo y junio (IDPE = 26,0) y abril (IDPE = 23,5), con un IDPE promedio de 23,4 durante los meses lectivos efectivos. Conclusiones: La ausencia de mecanismos de coordinación entre las iniciativas tiende a comprometer la planificación pedagógica, intensificar el trabajo docente y fragmentar las acciones educativas. El fenómeno es particularmente grave para los estudiantes en situación de vulnerabilidad y para aquellos con necesidades educativas especiales, cuyo acompañamiento requiere tiempo institucional y planificación pedagógica individualizada que la saturación de la agenda tiende a restringir.*

**PALABRAS CLAVE:** Saturación de la agenda escolar. Densidad de políticas educativas. Gestión escolar. Evaluaciones externas. IDPE.

#### **INTRODUÇÃO**

A escola pública brasileira contemporânea tem sido submetida à ampliação simultânea de demandas pedagógicas, administrativas e avaliativas, produzindo impactos sobre a organização do trabalho escolar. Convocada a cada novo ciclo de políticas a se transformar em



espaço de inovação, equidade e excelência pedagógica, ela se vê, ao mesmo tempo, submetida à sobreposição de múltiplas iniciativas institucionais que chegam com urgência e obrigatoriedade, muitas vezes sem qualquer articulação entre si. Observa-se que professores e gestores são, não raramente, diretamente impactados por esse acúmulo de demanda, pois precisam dar conta de tudo isso sem ampliação proporcional do tempo institucional disponível.

Essa tensão não é recente. Ela se agudizou nas últimas décadas com a expansão acelerada das políticas educacionais em todos os níveis de governo. O fenômeno ganhou contornos ainda mais nítidos em municípios de grande porte do Nordeste brasileiro, onde a convergência de ações federais, estaduais e locais incide simultaneamente sobre um mesmo sistema de ensino. Neste estudo, o conceito de saturação da agenda escolar se refere à concentração simultânea de múltiplas políticas, programas, avaliações e iniciativas institucionais sobre o calendário letivo, em intensidade capaz de produzir pressão operacional sobre a gestão escolar e sobre o planejamento pedagógico

O município de Caucaia, situado na região metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará, constitui campo empírico particularmente revelador para essa análise. Com uma rede municipal de ensino expressiva, o município integra simultaneamente dezenas de programas educacionais, projetos pedagógicos, olimpíadas de conhecimento e avaliações externas ao longo de seu ano letivo. Essa realidade, longe de ser uma particularidade local, reflete uma tendência estrutural da educação pública brasileira que ainda carece de investigação científica rigorosa.

O problema central que orienta esta investigação pode ser assim formulado: em que medida a multiplicidade de programas, projetos e avaliações externas que incidem sobre as escolas da rede pública municipal de Caucaia-CE produz uma concentração temporal de demandas institucionais capaz de comprometer o planejamento pedagógico e a gestão do trabalho escolar?

Para responder a essa pergunta, o estudo desenvolveu três movimentos analíticos articulados. Primeiramente, realizou-se o levantamento e a classificação sistemática das iniciativas educacionais identificadas no sistema municipal de ensino em 2026.

Em seguida, analisou-se a distribuição temporal dessas políticas ao longo do calendário escolar, com vistas à identificação de períodos de maior pressão institucional.

E por último, propõe-se um instrumento metodológico inédito denominado Índice de Densidade de Políticas Educacionais (IDPE) como contribuição conceitual e operacional para pesquisas futuras na área. Este estudo contribui para o campo ao propor um indicador inédito,



capaz de operacionalizar a análise da densidade de políticas educacionais em sistemas de ensino a partir de sua distribuição temporal no calendário escolar.

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com autores que discutem as relações entre políticas educacionais, gestão escolar e intensificação do trabalho docente, com destaque para as contribuições de Dalila Andrade Oliveira, Stephen J. Ball, Luiz Carlos de Freitas, José Francisco Soares, Vitor Henrique Paro, Fernando Luiz Abrucio e Romualdo Portela de Oliveira, entre outros. A perspectiva da educação inclusiva e da atenção às singularidades dos sujeitos escolares, dimensão cara à pesquisa desenvolvida no campo da educação especial, atravessa a argumentação ao longo do texto.

Em termos estruturais, o artigo está organizado em seis seções. Após esta introdução, são apresentados o referencial teórico que sustenta a análise, os procedimentos metodológicos adotados, os resultados encontrados a partir do mapeamento das demandas institucionais, a discussão analítica dos dados e, por fim, as considerações finais com as contribuições, as limitações do estudo e a agenda de pesquisa proposta.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do fenômeno aqui investigado exige, antes de qualquer coisa, um olhar cuidadoso sobre o que a literatura já acumulou acerca das relações entre políticas educacionais, gestão escolar e trabalho docente. Não se trata de uma revisão exaustiva, mas de um recorte intencional: reunir autores que, de perspectivas distintas, contribuem para nomear e explicar o que ocorre quando as escolas são sobrecarregadas por iniciativas simultâneas sem coordenação entre si.

O referencial está organizado em três eixos complementares. O primeiro discute a multiplicidade de programas e a escola como campo de disputas políticas. Em seguida, deve-se examinar a expansão das avaliações externas e seus efeitos sobre a cultura institucional. E o derradeiro, aborda a gestão do tempo escolar e a intensificação do trabalho docente como consequências invisíveis, porém concretas, dessa sobreposição de demandas.

### 1.1. Políticas educacionais e multiplicidade de programas: a escola como campo de disputas

A gestão educacional contemporânea é atravessada por uma multiplicidade de políticas que operam simultaneamente nos sistemas de ensino. Esse fenômeno não é aleatório. Resulta de um processo histórico de ampliação das funções da escola pública, combinado com a



emergência de novos mecanismos de regulação estatal que, ao invés de substituírem as políticas anteriores, sobrepõem-se a elas, gerando camadas sucessivas de demandas institucionais. Os dados sugerem que essa sobreposição persiste possivelmente porque cada nova política chega com uma urgência própria, e nenhuma instância se encarrega de rever o que já está instalado.

Ao analisar os efeitos das reformas educacionais sobre as condições de trabalho nas escolas, Oliveira (2004) foi uma das primeiras pesquisadoras brasileiras a chamar atenção para essa problemática. Em seu estudo sobre a reestruturação do trabalho docente, demonstrou que a ampliação das responsabilidades atribuídas às escolas e aos professores, sem o correspondente aumento de recursos e apoio institucional, produz processos de precarização do trabalho docente. Mais de duas décadas depois, esse diagnóstico permanece atual e se aprofundou com a proliferação de programas educacionais de todas as esferas governamentais.

Essa proliferação não ocorre de maneira desordenada. Ela responde a uma lógica específica de governança educacional que Ball, Maguire e Braun (2012) descrevem como a política em contexto. Para esses autores, as políticas educacionais não chegam às escolas como prescrições prontas para execução mecânica; ao contrário, são traduzidas e reinterpretadas pelos atores escolares em contexto específico de pressões, recursos e tradições institucionais.

No contexto brasileiro, esse problema adquire contornos particulares em função da organização federativa do sistema educacional. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios, mas não definiu com clareza os mecanismos de coordenação entre as diferentes esferas de governo.

O resultado, como aponta Abrucio (2010), é uma sobreposição de competências que frequentemente se traduz em sobreposição de políticas: os municípios recebem demandas e programas do governo federal, do governo estadual e produzem as suas próprias, sem que haja uma instância capaz de articular e coordenar esse conjunto de ações.

Ao examinar os efeitos da municipalização do ensino no Brasil, Oliveira (2007) argumenta que, ao assumirem a responsabilidade pela oferta de grande parcela da educação básica, os municípios passaram a constituir o principal ponto de incidência das políticas educacionais das diferentes esferas governamentais, sem que tenham desenvolvido, na mesma proporção, capacidade técnica e institucional para coordená-las.

Essa perspectiva é reforçada por Silveira e Pinto (2011) ao demonstrarem que as assimetrias no financiamento educacional entre os entes federativos reproduzem e ampliam as desigualdades de capacidade de gestão. Vitor Henrique Paro (2016), por sua vez, chama atenção para o peso crescente das funções administrativas e burocráticas sobre os diretores escolares, cuja agenda cotidiana é progressivamente dominada pela prestação de contas a



múltiplos programas e pela participação em formações e reuniões institucionais. No limite, o pedagógico cede espaço ao administrativo.

### **1.2. Avaliações externas e cultura da *accountability*: entre o monitoramento e a pressão institucional**

Entre os componentes que mais contribuem para a saturação da agenda escolar, as avaliações externas ocupam lugar de destaque. A expansão das avaliações em larga escala constitui um dos traços mais marcantes da política educacional brasileira nas últimas três décadas, respondendo a uma tendência internacional de uso de métricas de desempenho como instrumento de gestão dos sistemas de ensino.

No plano federal, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990 e reestruturado ao longo das décadas seguintes, tornou-se o principal instrumento de monitoramento da qualidade da educação básica no país. Seus resultados subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, que passou a funcionar como principal indicador da qualidade educacional no Brasil e como referência para a celebração de metas entre o Ministério da Educação e os sistemas subnacionais de ensino (BRASIL, 2024).

Um dos críticos mais consistentes desse modelo de *accountability* educacional baseado em testes padronizados tem sido Freitas (2012). Para o autor, essa lógica produz efeitos perversos sobre o cotidiano das escolas, induzindo práticas de preparo dos estudantes para os conteúdos avaliados nos testes, em detrimento de uma formação mais ampla.

A responsabilização individual de professores e gestores pelos resultados das avaliações, sem consideração dos fatores contextuais e socioeconômicos que influenciam o desempenho escolar, produz o que o autor denomina responsabilização unilateral: um julgamento que ignora as condições do processo.

No Estado do Ceará, essa lógica avaliativa se intensificou com a criação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que complementa o SAEB com uma avaliação própria aplicada anualmente. Soares (2004) reconhece a importância das avaliações externas como instrumentos de informação para a gestão dos sistemas educacionais, mas alerta para o risco de que a multiplicação de avaliações sem articulação entre si produza uma inflação de dados que, paradoxalmente, dificulta a tomada de decisão. Mais dados nem sempre significam mais clareza.



### **1.3. Gestão do tempo escolar e intensificação do trabalho docente: os efeitos invisíveis das políticas**

A questão do tempo escolar constitui uma das dimensões mais negligenciadas nos estudos sobre políticas educacionais. Ao analisar o impacto de um programa ou de uma avaliação sobre as escolas, a tendência é focar nos resultados produzidos, sem considerar os custos em tempo e atenção que essas medidas impõem às equipes escolares. Esses custos institucionais raramente são incorporados às análises oficiais das políticas educacionais.

O conceito de performatividade para descrever a cultura de monitoramento, avaliação e prestação de contas que se instalou nas escolas a partir das reformas educacionais inglesas foi introduzido por Ball (2002). Para Ball, essa cultura não apenas reorganiza as prioridades das escolas, mas transforma profundamente a identidade profissional dos docentes, que passam a ser avaliados não pelo que fazem, mas pelo que podem demonstrar que fazem. A lógica da performatividade tende a priorizar evidências formais de cumprimento das políticas em detrimento da profundidade pedagógica das ações.

Essa análise é aprofundada por Hargreaves (1998) ao descrever a intensificação do trabalho docente como um processo que se manifesta na redução do tempo disponível para o desenvolvimento profissional, no aumento das responsabilidades administrativas, na multiplicação das demandas burocráticas e na fragmentação do trabalho pedagógico.

No Brasil, Oliveira (2004) e Hypolito (1991) identificam processos semelhantes de intensificação e precarização nas redes públicas de ensino. A realidade nordestina, com suas especificidades socioeconômicas e institucionais, não é exceção. É, em muitos casos, onde esses processos se aprofundam com maior visibilidade.

A perspectiva da educação inclusiva acrescenta outra camada a essa análise. Quando a agenda escolar está saturada de propostas externas, os professores e gestores tendem a priorizar o que é cobrado formalmente, relegando a segundo plano as adaptações curriculares, o atendimento individualizado e a atenção às necessidades específicas dos estudantes com deficiência ou em situação de vulnerabilidade.

A saturação, portanto, não é neutra: ela afeta desigualmente os sujeitos mais dependentes da atuação intencional da escola. Esse ponto merece atenção especial. A educação inclusiva exige justamente a disponibilidade de tempo e de planejamento reflexivo que a saturação da agenda tende a comprimir. Não há inclusão real sem tempo real para planejá-la.



## 2. METODOLOGIA

A investigação apresentada neste artigo se apoia em abordagem metodológica documental e descritiva, de natureza mista, que combina a análise qualitativa dos documentos com a produção de indicadores quantitativos capazes de mensurar o fenômeno da densidade de políticas educacionais. A pesquisa documental, na perspectiva de Cellard (2008), constitui técnica que permite ao pesquisador acessar fontes primárias de informação sem interferir no processo investigado, o que é particularmente relevante em estudos sobre políticas públicas.

O levantamento realizado junto à Secretaria Municipal de Educação de Caucaia identificou 43 propostas educacionais vinculadas ao sistema municipal de ensino em 2026. Para fins de construção do Índice de Densidade de Políticas Educacionais (IDPE), adotou-se critério de seleção baseado na incidência direta sobre o calendário escolar: foram consideradas as 41 iniciativas que geram demandas operacionais concretas às escolas ao longo do ano letivo, como mobilização de estudantes, aplicação de instrumentos avaliativos, participação em eventos ou execução de atividades pedagógicas específicas.

Sendo assim, duas iniciativas foram excluídas por não apresentarem incidência operacional direta mensurável no calendário escolar, critério central para a construção do IDPE, Brigada de Combate às Arboviroses e Prêmio Escola Nota 10, por corresponderem a ações de natureza estritamente sanitária sazonal e de reconhecimento por resultados já produzidos por outras avaliações, respectivamente, cujos efeitos sobre a rotina escolar são indiretos ou difusos. Essa distinção visa garantir a validade interna do índice como instrumento de mensuração da pressão operacional sobre as escolas, sem minimizar a relevância dos cometimentos excluídos.

As fontes documentais primárias incluem o calendário escolar municipal de Caucaia para o ano letivo de 2026, os documentos de apresentação dos programas e projetos educacionais identificados, os editais das olimpíadas acadêmicas e os relatórios de gestão da Secretaria Municipal de Educação.

O método adotado para a construção do IDPE combina dois procedimentos analíticos, aplicados ao conjunto das 41 propostas com incidência operacional direta no calendário escolar. O primeiro consiste na contagem bruta das diligências ativas em cada mês do calendário escolar. O segundo consiste na ponderação desta contagem por meio de pesos atribuídos a cada categoria de iniciativa, em função de sua carga institucional estimada: avaliações externas de grande escala receberam peso 2; olimpíadas de âmbito nacional ou estadual, peso 1,5;



programas permanentes de execução contínua, peso 1; campanhas e eventos pontuais, peso 0,5.

O cálculo do Índice de Densidade de Políticas Educacionais (IDPE) foi realizado a partir da soma ponderada das iniciativas ativas em cada mês do calendário escolar, considerando simultaneamente a quantidade de ações e a intensidade de sua carga institucional. Para isso, utilizou-se a seguinte estrutura analítica:  $IDPE = \sum_{i=1}^n (P_i \times I_i)$  em que  $P_i$  representa o peso atribuído à categoria da iniciativa,  $I_i$  corresponde à incidência mensal da iniciativa no período analisado e  $n$  representa o total de iniciativas ativas em cada mês do calendário escolar. A atribuição dos pesos considerou a abrangência, a obrigatoriedade e o impacto operacional estimado de cada categoria de política educacional.

Por fim, reconhece-se que os pesos atribuídos são provisórios e refletem julgamentos analíticos do pesquisador, não tendo sido submetidos a validação empírica rigorosa. Trata-se, portanto, de um índice de caráter exploratório, com potencial de validação futura por técnicas como Delphi ou análise fatorial, à medida que o instrumento seja aplicado em outros contextos municipais. O tratamento dos dados foi realizado em conformidade com os princípios da pesquisa descritiva, conforme sistematização de Creswell (2010), que enfatiza a importância de descrever com precisão as características de um fenômeno sem que haja manipulação das variáveis investigadas.

A atribuição dos pesos baseou-se em análise teórica da carga institucional das iniciativas, considerando sua abrangência, obrigatoriedade e impacto operacional. Reconhece-se, contudo, que tais pesos possuem caráter provisório e demandam validação empírica futura, podendo ser aprimorados por técnicas como Delphi ou análise fatorial.

Ressalta-se que o IDPE possui caráter exploratório e não pretende estabelecer medida definitiva de saturação institucional. O índice foi concebido como instrumento analítico inicial para operacionalizar a observação da densidade temporal de políticas educacionais no calendário escolar. Os pesos atribuídos às categorias derivam de julgamento teórico fundamentado na literatura sobre carga institucional e intensidade operacional das políticas, devendo ser submetidos, em estudos futuros, a processos de validação empírica com especialistas e aplicação comparativa em diferentes redes de ensino.

### 3. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir do levantamento documental realizado junto à Secretaria Municipal de Educação de Caucaia e da aplicação do Índice de



Densidade de Políticas Educacionais (IDPE) ao calendário escolar de 2026. Os dados estão organizados em dois eixos complementares. Inicialmente, apresentado na seção 3.1, diz respeito ao mapeamento das 43 medidas educacionais identificadas, com sua classificação por tipo, esfera de origem e período de incidência sobre o calendário letivo. O segundo, desenvolvido na seção 3.2, analisa a distribuição temporal dessas iniciativas ao longo dos meses letivos e os respectivos valores do IDPE, permitindo identificar os picos de pressão institucional sobre as escolas da rede. Em conjunto, esses dois eixos oferecem uma descrição sistemática e empiricamente fundamentada do fenômeno da saturação da agenda escolar no município investigado.

### 3.1. Mapeamento das iniciativas educacionais: diversidade e origem federativa

O levantamento documental realizado junto à Secretaria Municipal de Educação de Caucaia permitiu identificar quarenta e três propostas educacionais vinculadas ao sistema municipal de ensino durante o ano letivo de 2026, provenientes das esferas federal, estadual, municipal e de parcerias com organismos internacionais e entidades privadas. Essas iniciativas foram classificadas em sete categorias: avaliações externas, olimpíadas e competições acadêmicas, programas governamentais, projetos pedagógicos, ações de saúde e prevenção, formação docente e feiras e eventos científicos.

A Tabela 1 apresenta o mapeamento completo das 43 medidas identificadas, com indicação do tipo, da esfera de origem e do período de realização no calendário escolar. Para o cálculo do IDPE apresentado na seção 3.2, foram consideradas as 41 diligências com incidência operacional direta sobre o cotidiano escolar, critério metodológico detalhado na seção 2.

**Tabela 1.** Iniciativas educacionais identificadas na rede municipal de Caucaia-CE (2026)

Nº	Iniciativa	Tipo	Âmbito	Período
<b>NACIONAL</b>				
1	Prêmio Nacional Liga STEAM 2026	Programa estudantil	Nacional	Ano letivo
<b>FEDERAL</b>				
2	PAR 2025–2028 (MEC)	Programa de gestão	Federal	2025–2028
3	SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica	Avaliação externa	Federal	Out/2026
4	CNCA-CAEd: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Avaliação externa	Federal	Ano letivo
5	OBMEP: Olimpíada Brasileira de Matemática das Esc. Públicas	Olimpíada acadêmica	Federal	Jun e Out
6	OBA: Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica	Olimpíada acadêmica	Federal	Maio



7	OBAFOG: Olimpíada Brasileira de Foguetes	Olimpíada acadêmica	Federal	Maio
8	OLP/OP: Olimpíada de Língua Portuguesa	Olimpíada acadêmica	Federal	1º semestre
9	ONHB: Olimpíada Nacional em História do Brasil	Olimpíada acadêmica	Federal	Maio–Jun
10	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)	Programa permanente	Federal	Ano letivo
11	Escola das Adolescências	Programa permanente	Federal	Ano letivo
12	Busca Ativa Escolar	Programa permanente	Federal	Ano letivo
13	Programa Bolsa Família (condicional educacional)	Programa permanente	Federal	Permanente
14	Programa Escola e Comunidade (PROEC)	Programa sócio-emocional	Federal	Ano letivo
<b>INTERNACIONAL</b>				
15	Selo UNICEF: Município Aprovado	Programa de reconhec.	Internacional	2025–2028
<b>PARCERIA</b>				
16	Territórios Conectados (UNICEF)	Projeto de tecnologia	Parceria	Ano letivo
17	Projeto WASH: Água, Saneamento e Higiene	Projeto de infraestrutura	Parceria	Ago em diante
18	Torneio SESI de Robótica	Competição tecnológica	Parceria	Ano letivo
19	SESC vai à Escola	Projeto recreativo	Parceria	Ano letivo
<b>ESTADUAL</b>				
20	SPAECE: Sist. Permanente de Avaliação do Ceará	Avaliação externa	Estadual	Nov/Dez
21	Olimpíada Mandacarú de Matemática	Olimpíada acadêmica	Estadual	Março
22	Olimpíada de Ciências do Litoral Cearense - OCLC/IFCE	Olimpíada acadêmica	Estadual	Out/Nov
23	Ceará Científico	Feira científica	Estadual	Mar/Set
24	I Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação	Feira científica	Estadual	Mar/Maio
25	Ceará Faz Ciências	Feira científica	Estadual	Jun/Nov
26	PAIC Integral: Prog. de Aprendizagem na Idade Certa	Programa de bolsas	Estadual	Mar em diante
27	PADIN Mais: Apoio ao Desenvolvimento Infantil	Programa permanente	Estadual	Permanente
28	PReVio: Prevenção e Redução da Violência	Programa de proteção	Estadual	Ano letivo
29	Rede Peteca	Programa de prevenção	Estadual	Ano letivo
30	Programa AGRINHO	Programa Ambiental	Estadual	Ano letivo
31	Prêmio Escola Nota 10*	Programa pedagógico	Estadual	Permanente
<b>ESTADUAL/MUNICIPAL</b>				
32	Programa AVANTE	Programa de excelência	Estadual/Mun.	Ano letivo
33	Projeto Virando o Jogo	Projeto social	Estadual/Mun.	Ano letivo



MUNICIPAL				
34	Projeto Próximos Passos	Projeto pedagógico	Municipal	Mar em diante
35	Jogos Escolares de Caucaia (JEC)	Esporte escolar	Municipal	Mar-Jun
36	CEMFA: Formação Continuada de Professores	Formação docente	Municipal	Mensal
37	Ciclos Formativos SME	Formação docente	Municipal	Mensal
38	NUCA: Núcleo de Cidadania de Adolescentes	Projeto municipal	Municipal	Permanente
39	Projeto Histórias no Baú	Projeto de leitura	Municipal	Ano letivo
40	Projeto Entre Tempos (monitoria)	Projeto pedagógico	Municipal	Mar em diante
41	Projeto Escola para Vida	Proj. socioambiental	Municipal	Fev em diante
42	COM-VIDA: Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida	Comissão Ambiental	Municipal	Abr em diante
43	Brigada de Combate às Arboviroses*	Comissão de prevenção	Municipal	Permanente

**Fonte:** elaboração do autor com base em documentos oficiais (2026).

\* Iniciativas excluídas do cálculo do IDPE por incidência indireta sobre o calendário escolar.

A análise de políticas públicas em perspectiva federativa, conforme argumenta Abrucio (2010), evidencia que a fragmentação das tentativas entre os entes federativos tende a reproduzir, no interior das escolas, a mesma desarticulação que caracteriza o sistema como um todo. Esse diagnóstico encontra eco nos dados levantados em Caucaia, onde a diversidade de origens das tentativas mapeadas reflete a ausência de coordenação intergovernamental.

Os dados revelam que, das 43 atitudes mapeadas, 14 são de âmbito Federal (32,6%), 12 são Estaduais (27,9%), 10 são de origem exclusivamente Municipal (23,3%), 5 envolvem parcerias com organismos internacionais ou entidades privadas (11,6%) e 2 são de abrangência estadual-municipal conjunta (4,7%). Essa distribuição evidencia a predominância das medidas oriundas de esferas supramunicipais sobre as escolas da rede, confirmando o diagnóstico de Abrucio (2010) sobre a assimetria de poder na federação educacional brasileira.

Vale destacar que, do total de 43 medidas, 28 foram incorporadas ao município nos últimos dez anos (2016 a 2026), o que evidencia aceleração significativa no ritmo de adoção de políticas educacionais. Apenas no período de 2021 a 2026, foram implantadas 15 novas medidas, uma média de três por ano, revelando que a saturação da agenda escolar não é um estado estável, mas um processo em intensificação progressiva.

Esse dado reforça o argumento central deste artigo: a ausência de mecanismos de coordenação e de revisão periódica das medidas permite que camadas sucessivas de políticas se acumulem sobre as escolas sem que as anteriores sejam avaliadas ou substituídas.

### 3.2. Distribuição temporal: os picos de densidade no calendário escolar

A análise da distribuição temporal das 41 iniciativas com incidência operacional direta ao longo do calendário escolar de 2026 revela um padrão de concentração que confirma e aprofunda a hipótese de saturação da agenda escolar. A Tabela 2 apresenta o número de intentos ativos em cada mês do ano letivo e os respectivos valores do IDPE.

**Tabela 2.** Distribuição mensal das iniciativas educacionais e cálculo do IDPE

Mês	Iniciativas ativas	IDPE mensal	Classificação de pressão
Fevereiro	8	8,5	Baixa
Março	23	26,0	Muito Alta
Abril	21	23,5	Muito Alta
Maio	25	29,5	Muito Alta
Junho	23	26,0	Muito Alta
Julho	8	9,0	Baixa (recesso)
Agosto	19	21,5	Alta
Setembro	18	20,0	Alta
Outubro	22	27,0	Muito Alta
Novembro	24	29,5	Muito Alta
Dezembro	7	7,5	Baixa

Fonte: elaboração do autor com base em documentos oficiais (2026).

Já havia advertido Soares (2004) que a sobreposição de diligências avaliativas, quando não coordenadas, pode gerar uma inflação de dados que paradoxalmente dificulta a tomada de decisão. Os números registrados no IDPE de Caucaia traduzem exatamente esse fenômeno: a quantidade de medidas em meses como maio e novembro ultrapassa a capacidade operacional das equipes escolares, tornando superficial a execução de cada uma delas.

Os dados mostram que os meses com maior densidade são, nessa ordem: maio e novembro (IDPE = 29,5), outubro (IDPE = 27,0), março e junho (IDPE = 26,0) e abril (IDPE = 23,5). Esses seis meses concentram as atitudes de maior peso institucional, como avaliações externas, olimpíadas acadêmicas, feiras científicas e programas contínuos e coincidem justamente com o período em que a literatura sobre intensificação do trabalho docente sugere maior dificuldade de conciliação entre demandas externas e planejamento pedagógico em períodos de elevada pressão institucional.

Quando olhamos por tipo de iniciativa, esse padrão fica ainda mais claro. Em maio, por exemplo, acontecem ao mesmo tempo a OBA (Olimpíada Brasileira de Astronomia), a OBAFOG, a ONHB (Olimpíada Nacional em História do Brasil), a OLP (Olimpíada de Língua Portuguesa) e



a I Feira Estadual de Ciências, Tecnologia e Inovação, além da continuidade de todos os programas permanentes. Ou seja, não é só uma soma de atividades: há uma sobreposição “qualitativa”, com várias ações de alto peso institucional (peso 1,5 e 2 no IDPE) caindo no mesmo mês e aumentando a pressão operacional sobre as equipes escolares.

Novembro repete uma estrutura parecida, com a aplicação do SAEB (peso 2), do SPAECE (peso 2) e da segunda fase da OBMEP (peso 1,5) acontecendo ao mesmo tempo que projetos contínuos de execução obrigatória. Já outubro, o terceiro mês mais denso (IDPE = 27,0), combina a aplicação do SAEB com a OCLC/IFCE e a continuidade de programas federais, estaduais e municipais. Essa presença recorrente dos meses de avaliação em larga escala nos picos do IDPE não é por acaso: ela indica que o calendário das avaliações externas organiza a densidade institucional, e que as demais empreitadas acabam se acumulando em torno dele, sem mecanismos de redistribuição temporal das iniciativas.

Vale destacar que nenhum mês letivo efetivo tem IDPE abaixo de 8,5. Apenas julho e dezembro, períodos de recesso, registram classificação “Baixa”. Ao discutir como a performatividade nas escolas reorganiza permanentemente as prioridades institucionais, fazendo com que o que é medido tenda a deslocar o que é valorizado, Ball (2002) descreve com precisão a dinâmica observada em Caucaia. Não por acaso, os picos de densidade coincidem com os momentos de maior pressão avaliativa.

Com um IDPE médio de 23,4 no período letivo efetivo, o sistema municipal opera em regime de densidade muito alta durante praticamente todo o ano. Isso tem implicações importantes para os estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) atendidos pela rede. O atendimento educacional especializado (AEE), pela própria natureza, exige planejamento individualizado, flexibilização curricular e tempo para articular o trabalho entre o professor da sala de recursos multifuncionais e o professor regente. Nos meses em que o IDPE é mais alto, esse espaço de articulação vai sendo comprimido pela agenda de demandas externas, o que pode produzir redução do tempo disponível para articulação pedagógica do atendimento educacional especializado.

Esse impacto não aparece nos indicadores oficiais de matrícula ou aprovação, mas se manifesta na rotina dos estudantes que mais dependem da intencionalidade pedagógica da escola.



#### 4. DISCUSSÃO

Os dados apresentados na seção anterior não falam por si sós. Eles precisam ser interrogados à luz do referencial teórico construído e do contexto específico em que foram produzidos. É esse o propósito desta seção: ir além da descrição dos números e do mapeamento dos atos para compreender o que eles revelam sobre a dinâmica institucional das escolas municipais de Caucaia. A discussão está organizada em três movimentos.

O primário interpreta a saturação da agenda escolar como fenômeno estrutural, e não como falha pontual de gestão. O secundário examina os efeitos da fragmentação das políticas sobre o planejamento pedagógico cotidiano. O derradeiro reflete sobre as potencialidades do IDPE como instrumento de gestão e ponto de partida para uma agenda de pesquisa mais ampla sobre densidade de políticas educacionais no Brasil.

##### 4.1. A saturação da agenda escolar como fenômeno estrutural

Com quarenta e três iniciativas identificadas no levantamento total, das quais 41 com incidência operacional direta no calendário escolar, e um IDPE médio de 23,4 no período letivo efetivo, o sistema de ensino municipal de Caucaia enfrenta o que este artigo denomina saturação da agenda escolar. Os dados permitem sustentar essa interpretação.

Esse fenômeno não deve ser interpretado como resultado de decisões equivocadas ou incompetência gestora. Parte significativa dos atos identificados é de alta qualidade pedagógica e responde a demandas legítimas e urgentes da educação pública brasileira. O problema não está nas tentativas em si, mas na ausência de mecanismos de coordenação e priorização que permitam às escolas implementar cada uma delas com o cuidado e a profundidade que merecem. O problema central não reside necessariamente nas iniciativas em si, mas na ausência de mecanismos institucionais de coordenação, priorização e integração entre elas.

A autora, Dalila Andrade Oliveira, descreve com precisão o cotidiano do trabalho docente ao afirmar que a escola tem se tornado um lugar de trabalho cada vez mais intenso, em que as demandas se multiplicam sem que os recursos disponíveis aumentem na mesma proporção, e que os docentes se ressentem do volume de trabalho e da falta de tempo para organizar as atividades e aprofundar questões relevantes para a formação dos alunos (Oliveira, 2004, p. 1133). A pesquisa realizada em Caucaia confirma esse diagnóstico e o atualiza com dados empíricos concretos.



A concentração de 25 iniciativas ativas em maio significa que, nesse único período do calendário letivo, gestores e professores da rede precisam gerenciar simultaneamente a aplicação de diversas olimpíadas acadêmicas e feiras científicas, a continuidade de programas permanentes, a execução de projetos pedagógicos e ambientais e as atividades de prevenção estruturadas.

Isso sem desconsiderar as responsabilidades pedagógicas cotidianas inerentes ao funcionamento regular das escolas. Para os profissionais da educação inclusiva, que lidam adicionalmente com planejamentos individualizados e demandas específicas dos estudantes com necessidades educacionais especiais, o cenário é ainda mais desafiador. Esse aspecto merece atenção: quando o tempo disponível se esgota, são justamente os sujeitos que mais dependem de uma escola atenta e intencional que mais perdem.

#### **4.2. Fragmentação das políticas e efeitos sobre o planejamento pedagógico**

Um dos efeitos mais preocupantes da saturação da agenda escolar é a fragmentação das políticas educacionais no cotidiano das escolas. Quando as iniciativas chegam em grande número e sem articulação entre si, a tendência é que cada uma seja implementada de forma superficial e isolada, sem integração ao projeto pedagógico da escola e sem impacto duradouro sobre a aprendizagem dos alunos.

Esse fenômeno, identificado por Ball, Maguire e Braun (2012) nas escolas inglesas submetidas a múltiplas reformas simultâneas, oferece uma chave interpretativa relevante para o contexto de Caucaia. Para os autores, quando as políticas chegam em excesso, os gestores escolares desenvolvem estratégias de sobrevivência que consistem, basicamente, em cumprir formalmente as exigências de cada política sem engajamento real com seus objetivos. O resultado é uma cultura de simulação: as escolas fazem o necessário para demonstrar conformidade com as políticas, sem que haja mudança substantiva nas práticas pedagógicas. A aparência de execução substitui a execução.

O diretor escolar, principal responsável pela mediação entre as demandas externas e as realidades internas da escola, é também o profissional mais diretamente afetado pela saturação da agenda, como demonstra Paro (2016). Na medida em que cada programa exige reuniões, relatórios e interlocução com diferentes instâncias, o diretor perde progressivamente o tempo necessário para as funções pedagógicas que deveriam ser o núcleo de sua atuação. A gestão burocrática expande. A liderança pedagógica encolhe.



### 4.3. O IDPE como instrumento de gestão e agenda de pesquisa

Além de sua contribuição analítica para a compreensão do caso de Caucaia, o IDPE proposto neste artigo tem potencial para ser utilizado como instrumento de gestão educacional e como ferramenta comparativa em pesquisas futuras. Do ponto de vista da gestão, o índice poderia ser calculado prospectivamente, antes do início do ano letivo, como ferramenta de planejamento, permitindo que as secretarias de educação identifiquem os períodos de maior pressão institucional e adotem medidas de coordenação e distribuição das propostas ao longo do calendário escolar.

Do ponto de vista da pesquisa, o IDPE abre possibilidades para estudos comparativos entre municípios brasileiros de diferentes portes e regiões, investigações longitudinais que examinem a relação entre variações do IDPE e os resultados educacionais medidos pelo IDEB e pesquisas qualitativas que combinem análise documental com entrevistas com gestores e professores. A validação do próprio índice constitui, ela mesma, uma agenda de pesquisa relevante, para a qual a aplicação da técnica Delphi com especialistas em gestão educacional seria um caminho promissor. Talvez o mais produtivo seja começar por aí.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou um fenômeno que, embora amplamente vivenciado por gestores e professores das redes públicas de ensino brasileiras, raramente recebe tratamento sistemático e científico na literatura educacional: a densidade de políticas educacionais que incidem sobre as escolas ao longo do ano letivo.

A análise realizada sobre o sistema municipal de ensino de Caucaia-CE em 2026 identificou 43 medidas educacionais distintas, provenientes das esferas federal, estadual e municipal de governo, distribuídas ao longo do calendário escolar de maneira desigual e frequentemente sobrepostas. Para o cálculo do Índice de Densidade de Políticas Educacionais (IDPE), foram consideradas as 41 iniciativas com incidência operacional direta sobre o calendário escolar, conforme critério metodológico estabelecido na seção 3.

O cálculo do IDPE revelou que os meses de maio e novembro (IDPE = 29,5), outubro (IDPE = 27,0) e março e junho (IDPE = 26,0) concentram os maiores picos de pressão institucional sobre as escolas, coincidindo com os períodos de realização das principais avaliações externas, olimpíadas acadêmicas e feiras científicas. Nenhum mês letivo efetivo registra IDPE abaixo de 8,5.



Os resultados confirmam a hipótese central da pesquisa: a multiplicidade de intervenções educacionais, quando não acompanhada de mecanismos adequados de coordenação e priorização, tende a produzir saturação da agenda escolar que compromete o planejamento pedagógico, intensifica o trabalho docente e fragmenta as ações educativas no cotidiano das escolas. Isso vale, em especial, para as propostas voltadas à inclusão e ao atendimento dos estudantes em maior situação de vulnerabilidade, que tendem a ser as primeiras a perder espaço quando o tempo escolar já está comprometido.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o campo dos estudos sobre políticas educacionais, gestão escolar e trabalho docente ao propor a densidade de políticas educacionais como categoria analítica capaz de capturar a dimensão temporal e institucional da pressão que as políticas exercem sobre as escolas. Essa contribuição se articula com as perspectivas de Dalila Andrade Oliveira sobre a precarização do trabalho docente, de Stephen J. Ball sobre a performatividade e a política em contexto, de Andy Hargreaves sobre a intensificação do trabalho docente e de Fernando Luiz Abrucio sobre as assimetrias do federalismo educacional brasileiro.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a delimitação geográfica a um único município, o que impede generalizações diretas para outros contextos. Há também a subjetividade inerente aos pesos atribuídos no cálculo do IDPE, que não foram validados empiricamente. Por fim, a ausência de dados primários obtidos junto a gestores e professores representa uma lacuna metodológica a ser superada em pesquisas futuras.

Cabe, por fim, às instâncias responsáveis pela governança educacional, em especial às secretarias de educação dos municípios, o desafio de exercer uma função ainda subdesenvolvida no sistema educacional brasileiro: a coordenação das políticas. Coordenar não significa reduzir o número de ações, mas organizá-las de forma que se reforcem mutuamente, que respeitem os tempos escolares e que deixem às equipes docentes o espaço necessário para aquilo que nenhuma política pode substituir: o ato pedagógico, intencional, reflexivo e humano de ensinar.

Além disso, o estudo se limita à análise documental de um único sistema municipal de ensino e de um único ano letivo, não incorporando entrevistas, observações de campo ou dados etnográficos sobre a percepção dos profissionais da educação. Tais limitações indicam a necessidade de investigações futuras que articulem métodos quantitativos e qualitativos para aprofundar a compreensão dos efeitos da saturação institucional sobre o cotidiano escolar.



## DECLARAÇÃO SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O autor declara que ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas como suporte na revisão linguística e na formatação do manuscrito. A responsabilidade pelo conteúdo científico, pelas análises, interpretações e conclusões é integralmente do autor.

## REFERÊNCIAS

**ABRUCIO, Fernando Luiz.** A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (org.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70.

**BALL, Stephen J.** Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.19865>. Acesso em: 27 abr. 2026.

**BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette.** *How schools do policy: policy enactments in secondary schools*. London: Routledge, 2012.

**BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): resultados e metas*. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 14 mar. 2026.

**BRASIL. Ministério da Educação.** *Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): documento de referência*. Brasília: MEC/INEP, 2023.

**CEARÁ. Secretaria da Educação.** *Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE): relatório de resultados*. Fortaleza: SEDUC, 2025.

**CELLARD, André.** A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

**CRESWELL, John W.** *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

**FREITAS, Luiz Carlos de.** Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>.

**HARGREAVES, Andy.** *Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Trad. João Casqueira Cardoso. Lisboa: McGraw-Hill Portugal, 1998. ISBN 972-8298-89-6.



**HYPOLITO, Álvaro Moreira.** Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991. [Periódico anterior à digitalização sistematizada; DOI não disponível.]

**OLIVEIRA, Dalila Andrade.** A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>.

**OLIVEIRA, Romualdo Portela de.** Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>.

**PARO, Vitor Henrique.** *Diretor escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez, 2016.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAUCAIA (SME).** *Calendário Escolar 2026*. Caucaia: SME, 2026.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAUCAIA (SME).** *Programas e projetos educacionais 2026*. Caucaia: SME, 2026.

**SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone; PINTO, José Marcelino de Rezende.** Financiamento da educação e desigualdades regionais: perspectivas do federalismo educacional brasileiro. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 39-54, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19585>.

**SOARES, José Francisco.** O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, Madrid, v. 2, n. 2, p. 83-104, 2004. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/5650>. DOI: <https://doi.org/10.15366/reice2004.2.2.007>. Acesso em: 27 abr. 2026.